

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

PETRORECÔNCAVO S.A.

E

SPE MIRANGA S.A.

NA QUALIDADE DE VENDEDORAS

E

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO	12
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO	12
CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA	13
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS	15
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DAS VENDEDORAS	21
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA	23
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO	26
CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	28
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS	29
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS	31
CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS	34
CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO	36
CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	40
CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	42
CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO	46
CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	50
CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	51
CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	52
CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO	53
CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES	53
CLÁUSULA VINTE E DOIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	54
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DISPOSIÇÕES GERAIS	55
CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES	58
ANEXO I – PONTOS DE ENTREGA	59
ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA	60

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA
DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM PETRORECÔNCAVO
S.A. E COMPANHIA DE GÁS DA
BAHIA – BAHIA GÁS**

Pelo presente instrumento,

PETRORECÔNCAVO S.A., sociedade com sede na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.342.704/0001-30, doravante denominada “PETRORECÔNCAVO”, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de VENDEDORA,

SPE MIRANGA S.A., sociedade com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luiz Viana, nº 13.223, Hangar Business Park – Torre 03, sala 401 – São Cristóvão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.768.701/0001-90, doravante denominada “SPE MIRANGA”, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de VENDEDORA;

PETRORECÔNCAVO e SPE MIRANGA, para todos os fins do presente CONTRATO, denominadas individualmente como “VENDEDORA” ou conjuntamente “VENDEDORAS”; e

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, sociedade com sede na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.432.153/0001-20, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “COMPRADORA”.

Cada uma das VENDEDORAS e a COMPRADORA, também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES” e

CONSIDERANDO QUE:

- conforme disposto no Parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da LEI;
- conforme contrato de concessão firmado em 06/12/1993, a COMPRADORA é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado da Bahia;
- a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar

suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;

- as VENDEDORAS desejam vender e entregar à COMPRADORA gás natural, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido gás das VENDEDORAS, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- as VENDEDORAS são concessionárias autorizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a exploração e produção de petróleo e gás natural;
- as VENDEDORAS possuem autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;
- PETRORECÔNCAVO E COMPRADORA celebraram, em 19/06/2019, o termo de compromisso para comercialização de gás natural, que foi aditado em 10/12/2020 (“TERMO”), o qual dispunha dos principais acordos comerciais e premissas para a elaboração do presente CONTRATO;
- a compra e venda de gás natural objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no Inciso I, Parágrafo 3º do Artigo 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (“CONTRATO”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;

- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

O termo “ano” quando não grafado em maiúscula significará ano civil.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.4.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.4.3.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 16.4.3(i).

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa a Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONDIÇÕES SUSPENSIVAS: são as condições a serem satisfeitas pelas VENDEDORAS antes do INÍCIO DE FORNECIMENTO, conforme estabelecido na CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO, relacionadas com o PONTO DE ENTREGA I.

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

CONTRATOS DE CONCESSÃO DE E&P: significam os contratos de concessão, seus anexos e termos aditivos celebrados entre as VENDEDORAS e a ANP para exploração dos campos contidos no POLO MIRANGA e no POLO REMANSO.

CONTRATOS DE TRANSPORTE: significa os contratos de prestação de serviço de transporte para entrada e saída a serem celebrados pela VENDEDORA com a TAG necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO nos PONTOS DE ENTREGA.

CONTRATO(S) UPSTREAM: significa(m) (i) o(s) contrato(s) que permite(m) às VENDEDORAS acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pelas VENDEDORAS oriunda da exploração dos campos do POLO MIRANGA e POLO REMANSO; ou (ii) o(s) contrato(s) entre as VENDEDORAS e a PETROBRAS que permitam às VENDEDORAS receber o GÁS em condições comercializáveis à COMPRADORA.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Salvador/BA.

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar na Cidade de Salvador.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT): significa a eventual parcela de custo de transporte calculado conforme item 13.5, observado o item 5.2., correspondente aos custos incorridos pela VENDEDORA em razão da contratação do transporte não incluídos nos itens 13.1 de faturamento regular do GÁS e 13.3 de ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

ENCARGO DE CAPACIDADE (EC): significa a remuneração mínima mensal devida à vendedora, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do gás disponibilizada à COMPRADORA, a ser faturada na forma do item 13.3 e subitens.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.11.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 14.1.

FALHA DE FORNECIMENTO ou FALHA NO FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de disponibilidade de GÁS em quaisquer dos PONTOS DE ENTREGA, de acordo com as regras estabelecidas neste CONTRATO; e
- (b) cumulativamente, recusa e não recebimento pela COMPRADORA de GÁS em desconformidade com as especificações contidas na CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS e observado o procedimento ali disposto.

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) ter a COMPRADORA retirado o GÁS em desconformidade na forma do item 11.6(c) ou (e);
- (iv) descumprimento pela COMPRADORA das condições de entrega estabelecidas no item 9.3; ou
- (v) situações de PARADAS PROGRAMADAS.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que, nas CONDIÇÕES BASE, se encontra no estado gasoso, nos termos da regulação da ANP.

INFRAESTRUTURA: significa, em conjunto (i) o gasoduto de escoamento da produção ou gasoduto de transferência que interliga a UPGN das VENDEDORAS e/ou de um PROCESSADOR por elas contratado; (ii) os PONTOS DE ENTREGA; (iii) a UPGN relacionada ao presente CONTRATO; e (iv) o sistema de distribuição da COMPRADORA.

INÍCIO DE FORNECIMENTO: data de início de fornecimento do GÁS NATURAL objeto desde CONTRATO.

LEI ou LEGISLAÇÃO: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no

Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam as LEIS estabelecidas no item 21.2.

MEDIAÇÃO: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.2.

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. “MENSALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL: significa a modalidade de suprimento de GÁS na qual as VENDEDORAS se obrigam a fornecer a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) pela BAHIA GÁS desta modalidade, sem o direito de reduzir ou interromper o suprimento de GÁS.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

PARADA PROGRAMADA: significa situações transitórias comunicadas antecipadamente, que resultem em redução total ou parcial do fornecimento ou no recebimento de GÁS, para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, em equipamentos ou condutos vinculados ao fornecimento ou recebimento do GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DO GÁS, referente à molécula do GÁS, nos PONTOS DE ENTREGA, nos termos previstos no item 5.3.

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DO GÁS, referente aos custos de entrada e saída incorridos pela VENDEDORA, nos PONTOS DE ENTREGA definidos pela COMPRADORA, para o transporte do GÁS, nos termos previstos no item 5.2.

PORTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PETROBRAS: significa a Petróleo Brasileiro S.A.

PERITAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.3.

PERITO: significa a pessoa designada, conforme o item 16.3 e seus subitens, para dirimir as controvérsias submetidas à PERITAGEM.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO de GÁS).

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA.

POLO MIRANGA: significa o conjunto de campos terrestres de produção de petróleo e gás natural localizados nas proximidades dos municípios de Araçás, Itanagra e Catu, no Estado da Bahia.

POLO REMANSO: significa o conjunto de campos terrestres de produção de petróleo e gás natural localizados nas proximidades dos municípios de Catu, Mata de São João, Pojuca e São Sebastião do Passé, no Estado da Bahia.

PONTO DE ENTREGA: consiste em cada uma das instalações necessárias à disponibilização do GÁS nas condições contratuais incluindo o respectivo SISTEMA DE MEDIÇÃO de propriedade das VENDEDORAS ou do transportador por elas contratado. Para efeito deste CONTRATO, o local de transferência de custódia, onde ocorre a tradição e transferência do GÁS à COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA, está localizado na última válvula ou flange de propriedade das VENDEDORAS ou de terceiros por estas contratada.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

PRESSÃO DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA.

PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO: significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela COMPRADORA, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao PONTO DE ENTREGA em questão, conforme definido nas condições de entrega.

PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica máxima de operação em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas condições de entrega.

PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica mínima de operação em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas condições de entrega.

PROCESSADOR: significa a empresa responsável pelo processamento do gás natural na UPGN CATU e/ou UPGN CABURÉ e/ou na UPGN de propriedade das VENDEDORAS e/ou Unidade de Tratamento de GÁS, nos termos da Resolução ANP 17/2010 e da Resolução ANP 16/2008, ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s).

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente colocada pelas VENDEDORAS à disposição da COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA, em um determinado DIA, apurada conforme item 6.3.1.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): QUANTIDADE DE GÁS que as VENDEDORAS tenham programado, nos termos da CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, ressalvada a VARIAÇÃO INTERDIÁRIA MÁXIMA.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA em determinado DIA, calculada de acordo com o item 10.2.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA às VENDEDORAS, em determinado DIA, em cada PONTO DE ENTREGA, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): corresponde à diferença entre a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA e a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA, calculada na forma do item 6.3.

QUANTIDADE MEDIDA (QM): significa o volume de gás, expresso em METROS CÚBICOS, apurado em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO de cada PONTO DE ENTREGA.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 7.2.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR): significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados às VENDEDORAS de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS.

QUANTIDADE RECUPERADA (QR): significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada pela COMPRADORA do remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, na forma do item 7.4.

RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM): significa o valor do compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA, na forma do item 7.1. O valor do RMM será faturado na forma do item 13.3, sendo recuperável na forma do item 7.4 e seus subitens.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizado em cada PONTO DE ENTREGA.

TAG OU TRANSPORTADORA: significa a Transportadora Associada de Gás S.A. autorizada pela ANP para exercer a atividade de transporte de gás natural por meio de duto.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 16.4.3(ii).

TERMO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO: documento que definirá o INÍCIO DE FORNECIMENTO do CONTRATO e será considerado como parte dele.

UPGN: significa a UPGN CATU e/ou UPGN CABURÉ e/ou a UPGN de propriedade das VENDEDORAS, ou outra que venha a ser de propriedade de terceiros contratados pelas VENDEDORAS visando atender ao presente CONTRATO e/ou Unidade de Tratamento de GÁS, nos termos da Resolução ANP 17/2010 e da Resolução ANP 16/2008, ou outra(s) que vier(em) a substituí-la(s).

UPGN Catu: significa a Unidade de Processamento de Gás Natural situada no município de Pojuca, estado da Bahia, que para os fins deste CONTRATO não se enquadra dentro da definição de INFRAESTRUTURA.

USUÁRIO LIVRE: gênero de usuários que abrange o consumidor livre, o autoprodutor e o autoimportador, nos termos da legislação e regulação vigentes.

VALOR DE INDENIZAÇÃO: significa o valor máximo que uma PARTE deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, nos termos do item 14.4

VARIAÇÃO INTERDIÁRIA MÁXIMA: máxima QUANTIDADE DE GÁS que as

VENDEDORAS são capazes de incrementar ou decrementar a QDP entre dois DIAS consecutivos, devido às suas restrições operacionais.

VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA: significa a vazão máxima instantânea em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas condições de entrega.

VAZÃO MÍNIMA INSTANTÂNEA: significa a vazão máxima instantânea em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas condições de entrega.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e entrega, por parte das VENDEDORAS, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL, segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO

3.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá no prazo de 5 (cinco) ANOS contado a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, observado o disposto no item 3.2.

3.2. O prazo do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante correspondente termo aditivo.

3.3. O INÍCIO DE FORNECIMENTO, salvo renegociação entre as PARTES nos termos do item 3.4 abaixo, ocorrerá a partir do dia 01/01/2022, para todos os efeitos deste CONTRATO.

3.4. O INÍCIO DE FORNECIMENTO, está condicionado ao cumprimento, pelas VENDEDORAS, das seguintes CONDIÇÕES SUSPENSIVAS:

- a) assinatura dos termos aditivos aos CONTRATOS DE CONCESSÃO DE E&P dos campos do POLO REMANSO às VENDEDORAS pela ANP e conclusão do processo de transferência dos ativos relacionados;
- b) Celebração e eficácia do(s) CONTRATOS DE TRANSPORTE necessários para disponibilização do GÁS nos PONTOS DE ENTREGA;
- c) Celebração e eficácia do(s) CONTRATO(S) UPSTREAM necessários para disponibilização do GÁS nos PONTOS DE ENTREGA;
- d) a concessão, pelo Estado da Bahia, de regime especial ou a publicação de norma tributária que regulamente os procedimentos para cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao TRANSPORTE DE GÁS NATURAL pelas VENDEDORAS;

3.4.1. Caso as VENDEDORAS demonstrem, por meio de documentos idôneos até 25/12/2021, a satisfação de todas as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS aplicáveis, se

aplicará o INÍCIO DE FORNECIMENTO previsto em 3.3.

3.4.2. Durante o Interim entre a data de assinatura do CONTRATO e 31/12/2021, as VENDEDORAS deverão, de boa-fé, praticar todos os atos necessários para que tais CONDIÇÕES SUSPENSIVAS sejam satisfeitas e manterão a COMPRADORA informada das medidas tomadas e sobre os prazos de conclusão esperados.

3.4.3. Se as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS estabelecidas no item 3.4 não estiverem cumpridas até 31/12/2021, as PARTES poderão renegociar uma nova data para o início o INÍCIO DE FORNECIMENTO, de comum acordo, mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO.

3.4.4. Caso uma ou mais CONDIÇÕES SUSPENSIVAS previstas em 3.4 não seja satisfeita até o dia 31/12/2021, ou até a nova data de INÍCIO DE FORNECIMENTO renegociada entre as PARTES, conforme estabelecido no item 3.3, em função de as VENDEDORAS terem concorrido para a frustração de sua satisfação por dolo, imprudência, imperícia ou negligência, a COMPRADORA poderá optar entre: (i) considerar tal conduta como um evento de inadimplemento das VENDEDORAS, podendo a COMPRADORA rescindir o CONTRATO de acordo com as regras da CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO, inclusive ao pagamento das penalidades aplicáveis; ou (ii) manter em vigor o CONTRATO passando a valer o dia 01/01/2022 como INÍCIO DE FORNECIMENTO (ou as novas datas renegociadas entre as PARTES na forma do item 3.3), aplicando-se todas as regras do CONTRATO, inclusive incidindo a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO a penalidade de FALHA NO FORNECIMENTO, conforme descrito no item 6.2, considerando-se a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA igual à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA.

3.4.5 Caso, quando da satisfação ou renúncia da CONDIÇÃO SUSPENSIVA estabelecida na alínea 3.4(a), a ANP imponha uma restrição de produção de gás natural nos campos do POLO REMANSO, as PARTES se comprometem a ajustar a tabela de QDCs estabelecida no item 4.1 de forma a refletir a referida restrição neste CONTRATO, observadas cumulativamente as seguintes regras:

(i) o ajuste das QDCs somente será aplicável ao período máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS contados da satisfação ou renúncia da CONDIÇÃO SUSPENSIVA estabelecida na alínea 3.4(a);

(ii) a redução das QDCs deverá se dar de forma proporcional à restrição global imposta à capacidade total de produção de gás natural nos campos do POLO REMANSO (por exemplo, caso a restrição imposta pela ANP reduza em 5% (cinco por cento) a capacidade total de produção de gás natural nos campos do POLO REMANSO, a redução da QDC não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) das QDCs originais); e

(iii) não será facultada qualquer redução de QDC deste CONTRATO caso a restrição imposta pela ANP decorra de motivo imputável exclusivamente às VENDEDORAS.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, será determinada de acordo com a tabela abaixo:

Período	QDC (m³/dia)
01/01/2022 a 30/06/2022	400.000 (quatrocentos mil METROS CÚBICOS por DIA)
01/07/2022 a 31/12/2022	600.000 (seiscentos mil METROS CÚBICOS por DIA)
01/01/2023 a 31/12/2023	800.000 (oitocentos mil METROS CÚBICOS por DIA)
01/01/2024 a 31/12/2025	1.100.000 (um milhão e cem mil METROS CÚBICOS por DIA)
01/01/2026 a 31/12/2026	1.000.000 (um milhão de METROS CÚBICOS por DIA)

4.2. As PARTES poderão, em conjunto, avaliar as QDCs originalmente estabelecidas no CONTRATO e poderão, de comum acordo, alterar a QDC ou o período de sua vigência, mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO.

4.3. A partir da data do INÍCIO DO FORNECIMENTO, caso um ou mais usuários da COMPRADORA opte(m) pela migração para a condição de USUÁRIO LIVRE e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pelas VENDEDORAS ou por AFILIADA das VENDEDORAS, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) usuário(s) que optou(aram) pela condição de USUÁRIO LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, conforme venha a ser solicitado pela COMPRADORA, mediante a NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA às VENDEDORAS e a celebração de aditivo contratual, sendo certo que a prioridade para fornecimento do GÁS será da COMPRADORA.

4.4. No caso de a COMPRADORA comprovar a redução da demanda de gás natural do mercado cativo do Estado da Bahia em razão da migração de um ou mais usuários para a condição de USUÁRIO LIVRE para outro supridor diferente das VENDEDORAS ou de AFILIADA das VENDEDORAS, deixando assim de adquirir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste CONTRATO em relação às quantidades diárias contratuais de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução no Estado da Bahia, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA às VENDEDORAS da migração do USUÁRIO LIVRE para a condição de consumidor livre..

4.5. Nas hipóteses dos itens 4.3 e 4.4, a COMPRADORA deverá informar às VENDEDORAS, por meio de NOTIFICAÇÃO enviada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) DIAS, o volume que pretende reduzir da QDC, comprovando que o mesmo corresponde proporcionalmente à redução solicitada pelo(s) usuário(s) que solicitou(aram) migração para o mercado livre. As VENDEDORAS se comprometem a celebrar aditivos contratuais com a COMPRADORA para registrar as reduções da QDC

acordadas no prazo de até 90 (noventa) DIAS a contar do recebimento, pelas VENDEDORAS, da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA.

4.6. As VENDEDORAS se obrigam a ofertar primeiramente à COMPRADORA, durante o prazo de vigência do CONTRATO, através de NOTIFICAÇÃO, quaisquer volumes adicionais à QDC, que possam ser produzidos no POLO MIRANGA.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, nos PONTOS DE ENTREGA e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.2, com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 5.3, conforme fórmula abaixo:

$$PG_i = PT + PM_i$$

PG _i	É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), calculada conforme fórmula indicada no item 5.2 e subitens, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM _i	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), calculada conforme fórmula indicada no item 5.3 e subitens, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
i (1 ou 2)	É o índice que identifica a origem do GÁS. PG ₂ e PM ₂ correspondem ao GÁS produzido a partir dos Campos de Remanso, Jacuípe e Riacho de São Pedro. PG ₁ e PM ₁ correspondem ao GÁS produzido a partir de todos os demais Campos do POLO MIRANGA e POLO REMANSO.

5.2. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m³, referente aos custos de entrada e saída incorridos pela VENDEDORA, nos PONTOS DE ENTREGA definidos pela COMPRADORA, será repassada para a COMPRADORA com a tarifa definida de acordo com o resultado da chamada pública ou contrato extraordinário, sendo composta das diferentes tarifas individuais que compõem a tarifa total.

5.2.1. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO (ou qualquer conduta da VENDEDORA que viole os CONTRATOS DE TRANSPORTE ou a LEI), PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a reembolsar à VENDEDORA, todos os custos e/ou encargos incorridos pela VENDEDORA na contratação da capacidade de transporte para atendimento do CONTRATO, como ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT), incluindo, mas não se limitando à eventuais custos decorrentes de penalidades e/ou indenizações devidas pela VENDEDORA à TAG que sejam relacionados com o objeto do presente CONTRATO.

5.2.2. Durante o período em que a VENDEDORA estiver contratando o serviço de

transporte de saída, nas situações em que qualquer ato ou omissão do TRANSPORTADOR ou de outros carregadores que utilizem a mesma malha de transporte, gere um prejuízo à COMPRADORA (incluindo as situações de falha no serviço de transporte, entrega de gás fora de especificação, dentre outras), a VENDEDORA tomará as medidas razoáveis para cobrar todas as compensações financeiras (indenizações, penalidades, multas) devidas pelo TRANSPORTADOR decorrentes do respectivo ato ou omissão que sejam devidas no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE ou com base na LEI aplicável e repassá-las à COMPRADORA, desde que a COMPRADORA tenha honrado com todas as obrigações estabelecidas em 5.2.1. As PARTES reconhecem que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à VENDEDORA no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do TRANSPORTADOR ou de qualquer carregador, conforme aplicável.

5.2.3. Caso seja instaurada qualquer controvérsia no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE sobre o pagamento da compensação financeira pelo TRANSPORTADOR ou carregador(es), conforme o item 5.2.2 acima: (i) a VENDEDORA manterá a COMPRADORA informada sobre todas as negociações e medidas que estejam sendo tomadas para a cobrança da compensação financeira aplicável; (ii) caso a COMPRADORA entenda que a controvérsia deva ser discutida através da propositura de uma ação judicial ou instauração de um procedimento arbitral, a VENDEDORA se compromete a acordar a melhor estratégia com a COMPRADORA, sempre em conformidade com os mecanismos de resolução de controvérsias estabelecidos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE; (iii) as PARTES concordam que escolherão em conjunto os assessores jurídicos que representarão a VENDEDORA no procedimento arbitral ou ação judicial, conforme o caso, sendo a COMPRADORA a única responsável pelo pagamento dos honorários dos assessores, dos custos do procedimento arbitral ou ação judicial bem como de eventual honorários de sucumbência.

5.2.4. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde a um repasse dos valores pagos pela VENDEDORA à TRANSPORTADORA que opera o sistema de transporte dutoviário de gás, contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO, relativo à tarifa de entrada e saída. Dessa forma, as PARTES concordam que qualquer mudança no valor da tarifa de transporte de entrada e saída de GÁS no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, deverá ser refletido no presente CONTRATO, notadamente no item 5.2, assim como mudanças em outros termos e penalidades associados ao CONTRATOS DE TRANSPORTE.

5.3. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme a origem do GÁS e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS nos PONTOS DE ENTREGA, será calculada conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais, variando de acordo com o ponto de originação.

$$(i) \quad PM_1 = \frac{[(PM_{10} + \alpha \times Brent) \times TC + PP]}{26,8081}$$

Onde:

PM ₁	é a PARCELA DE MOLÉCULA, expressa em R\$ por m ³ , para o GÁS produzido nos Campos do POLO MIRANGA e POLO REMANSO, exceto os Campos de Remanso, Jacuípe e Riacho de São Pedro.
PM ₁₀	É a PARCELA DE MOLÉCULA de referência, igual a US\$ 4,04 /MMBtu (quatro dólares e quatro centavos de dólares norte-americanos por milhão de BTU) para o GÁS produzido nos Campos do POLO MIRANGA e POLO REMANSO, exceto os Campos de Remanso, Jacuípe e Riacho de São Pedro, sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.
α	É o fator de multiplicação do Brent, igual a 1,0% (um por cento), observado o disposto no item 5.3.3.
Brent	É a média das cotações diárias do <i>Europe Brent Spot Price FOB</i> publicado pela <i>U.S. Energy Information Administration</i> (EIA), em US\$/bbl, referente aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
PP	É a PARCELA DE PROCESSAMENTO, igual a R\$ 8,0268 /MMbtu (oito reais e duzentos e sessenta e oito centésimos de centavos de real por milhão de BTU) sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA. Reajustada anualmente na forma da alínea (i) do item 5.4.1.

$$(ii) \quad PM_2 = \frac{[(PM_{20} + \alpha \times Brent) \times TC + PP]}{26,8081} + PE$$

Onde:

PM ₂	é a PARCELA DE MOLÉCULA, expressa em R\$ por m ³ , para o GÁS produzido nos Campos de Remanso, Jacuípe e Riacho de São Pedro.
PM ₂₀	É a PARCELA DE MOLÉCULA de referência, igual a US\$ 4,54 /MMBtu (quatro dólares e cinquenta e quatro centavos de dólares norte-americanos por milhão de BTU) para o GÁS produzido nos Campos de Remanso, Jacuípe e Riacho de São Pedro, sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

α	É o fator de multiplicação do Brent, igual a 1,0% (um por cento), observado o disposto no item 5.3.3.
Brent	É a média das cotações diárias do <i>Europe Brent Spot Price FOB</i> publicado pela <i>U.S. Energy Information Administration</i> (EIA), em US\$/bbl, referente aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o MÊS de aplicação do reajuste (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
PP	É a PARCELA DE PROCESSAMENTO, igual a R\$ 8,0268 /MMbtu (oito reais e duzentos e sessenta e oito centésimos de centavos de real por milhão de BTU) sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA. Reajustada anualmente na forma da alínea (i) do item 5.4.1.
PE	É a PARCELA DE ESCOAMENTO, igual a R\$ 0,1540 /m ³ (mil quinhentos e quarenta centésimos de centavos de reais por METRO CÚBICO) sem tributos, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA. Reajustada anualmente na forma da alínea (ii) do item 5.4.1.

5.3.1. No que tange à PARCELA DE MOLÉCULA, as PARTES acordam que é uma premissa deste CONTRATO que exista um repasse integral para a COMPRADORA do valor incorrido pela VENDEDORA no(s) CONTRATO(S) UPSTREAM com os custos associados a processamento e escoamento do GÁS, estando aqui considerado, inclusive, impostos e taxas aplicáveis aos contratos de acesso às INFRAESTRUTURAS e a UPGN Catu que são atualmente da titularidade de terceiros.

5.3.2. As VENDEDORAS se comprometem em enviar à COMPRADORA, até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte a que se refiram, as faturas emitidas pela PETROBRAS no âmbito do(s) CONTRATO(S) UPSTREAM relativas aos custos de escoamento e processamento efetivamente incorridos pelas VENDEDORAS com o escoamento e processamento do GÁS objeto deste CONTRATO, observados os compromissos de sigilo assumidos pelas VENDEDEDORA com a PETROBRAS.

5.3.3. As PARTES concordam que é no melhor interesse de ambas que, quando ocorrer a transferência pela PETROBRAS do Polo Bahia Terra ou da UPGN CATU (que atualmente faz parte do Polo Bahia Terra), as VENDEDORAS deixarão de contratar o serviço de processamento da PETROBRAS por uma das seguintes alternativas: (i) renegociação dos termos contratuais com o eventual comprador da UPGN CATU ou do Polo Bahia Terra; (ii) aquisição por parte das VENDEDORAS, ou de qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico, da UPGN CATU ou do Polo Bahia Terra; ou ainda (iii) construção de uma planta de processamento própria. Em quaisquer dessas hipóteses, o valor das parcelas de processamento (PP) e escoamento (PE), previstos

nas alíneas (i) e (ii) do item 5.3, não serão mais considerados no cálculo para obter a PARCELA DE MOLÉCULA no referido item 5.3, enquanto que o valor de multiplicação do *Brent* (α), previsto nas alíneas (i) e (ii) do item 5.3, será elevado para 2% (dois por cento).

5.3.3.1 Em quaisquer das hipóteses previstas acima, as PARTES se comprometem a trocar informações e realizar reuniões a cada 10 (dez) DIAS para definir o cronograma de início de aplicação da alternativa prevista no item 5.3.3 acima escolhida, inclusive relacionadas a eventuais obras e implementação das instalações de ambas as PARTES, bem como eventuais ajustes neste CONTRATO que se façam necessários.

5.4. A PARCELA DE MOLÉCULA de referência (PM_{10} ou PM_{20}) será corrigida anualmente, tendo como data-base o mês de dezembro de 2020, sempre no mês de fevereiro pela variação acumulada no ano anterior do *Consumer Price Index* (CPI-U - *CPI for All Urban Consumer* - CUUR0000SA0) apurado e divulgado pelo *U.S. Bureau of Labor Statistics* (“BLS”), dos Estados Unidos da América.

5.4.1 Não obstante a correção anual para a PARCELA DE MOLÉCULA estabelecida no item 5.4 acima, no que tange ao valor de remuneração pela cessão de capacidade de uso dos gasodutos de escoamento e pelo processamento no âmbito do(s) CONTRATO(S) UPSTREAM estabelecidos nas alíneas (i) e (ii) do item 5.3, os mesmos serão reajustados pela aplicação da seguinte fórmula:

$$(i) \quad PP_j = PP_{j-1} \times \frac{\left[\left(\frac{IGP-M_{i-1}}{IGP-M_{i-13}} \right) + \left(\frac{IPCA_{i-1}}{IPCA_{i-13}} \right) \right]}{2}$$

Onde:

PP_j	é a PARCELA DE PROCESSAMENTO (PP) reajustada no ANO “j”, sendo a própria PP_{j-1} caso $PP_j < PP_{j-1}$;
PP_{j-1}	é a PARCELA DE PROCESSAMENTO (PP) do ANO imediatamente anterior, “j-1”, ao ANO de referência (correção);
$IGP-M_{i-1}$	corresponde ao número índice acumulado do IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao MÊS anterior ao MÊS de correção (i – 1);
$IGP-M_{i-13}$	corresponde ao número índice acumulado do IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao décimo terceiro MÊS anterior ao MÊS de correção (i – 13);
$IPCA_{i-1}$	corresponde ao número índice acumulado do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao MÊS anterior ao MÊS de correção (i – 1);
$IPCA_{i-13}$	corresponde ao número índice acumulado do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao décimo terceiro MÊS anterior ao MÊS de correção (i – 13);
i	MÊS de correção.
j	ANO de referência (correção).

$$(ii) \quad PE_j = PE_{j-1} \times \frac{\left[\left(\frac{IGP-M_{i-1}}{IGP-M_{i-13}} \right) + \left(\frac{IPCA_{i-1}}{IPCA_{i-13}} \right) \right]}{2}$$

PE_j	é a PARCELA DE ESCOAMENTO (PE) reajustada no ANO “j”, sendo a própria PE_{j-1} caso $PE_j < PE_{j-1}$;
PE_{j-1}	é a PARCELA DE ESCOAMENTO (PE) do ANO imediatamente anterior, “j-1”, ao ANO de referência (correção);
$IGP-M_{i-1}$	corresponde ao número índice acumulado do IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao MÊS anterior ao MÊS de correção (i – 1);
$IGP-M_{i-13}$	corresponde ao número índice acumulado do IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao décimo terceiro MÊS anterior ao MÊS de correção
$IPCA_{i-1}$	corresponde ao número índice acumulado do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao MÊS anterior ao MÊS de correção (i – 1);
$IPCA_{i-13}$	corresponde ao número índice acumulado do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao décimo terceiro MÊS anterior ao MÊS de correção (i – 13);
i	MÊS de correção.
j	ANO de referência (correção).

5.5. O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento, aqui considerados inclusive os tributos incorridos pelas VENDEDORAS por força dos CONTRATO(S) UPSTREAM relacionados com as INFRAESTRUTURAS que sejam diretamente vinculados ao CONTRATO.

5.5.1. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pelas VENDEDORAS, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

5.6. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

5.7. O PREÇO DO GÁS (PG) será informado pelas VENDEDORAS à COMPRADORA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS anterior ao de aplicação do reajuste.

5.8. Na hipótese de o Banco Central ou o BLS deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 5.1, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pelas

VENDEDORAS.

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DAS VENDEDORAS

6.1. Compromisso de Fornecimento das VENDEDORAS.

Durante toda a vigência do CONTRATO a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, as VENDEDORAS comprometem-se a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para cada PONTO DE ENTREGA como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para cada PONTO DE ENTREGA até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e o limite contratual de cada PONTO DE ENTREGA; e (ii) disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) de acordo com as condições de qualidade estabelecidas no item 11.1.

6.2. Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO.

6.2.1. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO em determinado DIA, as VENDEDORAS pagarão à COMPRADORA uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos, calculada para cada PONTO DE ENTREGA e cumulativa entre os PONTOS DE ENTREGA:

Se $QF < 0,3 \times QDP$, então $PFF = QF \times PMN \times 0,3$;

Se $QF > 0,3 \times QDP$, então $PFF = QF \times PMN \times 0,7$.

Onde:

PFF	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devida pelas VENDEDORAS para determinado PONTO DE ENTREGA.
QF_N	é a QUANTIDADE FALTANTE apurada no respectivo PONTO DE ENTREGA no DIA em questão.
PM_N	é a PARCELA DA MOLÉCULA no respectivo PONTO DE ENTREGA, vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.2. Caso a COMPRADORA consiga suprir a QF através de outro supridor, a penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO, no PONTO DE ENTREGA, a ser paga pelas VENDEDORAS à COMPRADORA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFF = QF \times (VM + 10\%PM)$$

Onde:

PFF	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devida pelas VENDEDORAS para determinado PONTO DE ENTREGA.
QF	é a QUANTIDADE FALTANTE apurada no respectivo PONTO DE ENTREGA no DIA em questão.
VM	é a diferença positiva, limitada ao PREÇO DA MOLÉCULA (PM), entre valor pago, em reais por METRO CÚBICO (R\$/m³), pela COMPRADORA para outro supridor que substituiu a QF, e o PREÇO DO GÁS (PG) aplicável para o respectivo PONTO DE ENTREGA.
PM	é o PREÇO DA MOLÉCULA no correspondente PONTO DE ENTREGA vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.3. As penalidades estabelecidas nos itens 6.2.1 e 6.2.2 são as únicas indenizações aplicáveis às VENDEDORAS neste CONTRATO. Nenhuma outra indenização será devida pelas VENDEDORAS, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

6.3. QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) em cada PONTO DE ENTREGA será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF = QDP - QDD$$

Onde:

QF	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS em determinado PONTO DE ENTREGA no dia em questão, que será determinada na forma do item 11.7 para os casos de FALHA NO FORNECIMENTO relativos à QUALIDADE DO GÁS, observadas as situações de PARADAS PROGRAMADAS e de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
QDP	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o respectivo PONTO DE ENTREGA no dia em questão.
QDD	é a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA no PONTO DE ENTREGA no DIA em questão.

6.3.1. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) em determinado PONTO DE ENTREGA:

(a) Quando se registrar em determinado PONTO DE ENTREGA, durante todo o DIA, pressões maiores ou iguais à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO e não houver restrições no fornecimento de GÁS NOTIFICADOS pelas VENDEDORAS à COMPRADORA a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:

(i) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP); ou

(ii) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).

(b) Quando se registrar em determinado PONTO DE ENTREGA, em qualquer momento do DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO menores que a PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO ou quando houver restrição no fornecimento de GÁS NOTIFICADA pelas VENDEDORAS à COMPRADORA a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será igual à soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).

(c) Caso a COMPRADORA opte por receber qualquer QUANTIDADE DE GÁS fora da especificação de QUALIDADE DO GÁS, nos termos da CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:

(i) a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) NOTIFICADA pela COMPRADORA na forma prevista na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO; ou

(ii) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR).

6.3.1.1. Para a apuração da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) aplica-se o disposto no item 6.3.1(a), nas situações em que houver queda de pressão:

(a) pelo fato de a COMPRADORA ter sido parte determinante para tal ocorrência;

(b) para realização de CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO e dos equipamentos de segurança e controle, nos PONTOS DE ENTREGA, em que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (1ª) a COMPRADORA tenha sido NOTIFICADA previamente sobre a realização da CALIBRAÇÃO; (2ª) a queda de pressão não exceda a 15 (quinze) minutos; e (3ª) não haja prejuízo efetivo e comprovado ao consumo do GÁS.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA

7.1. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a cada MÊS, a adquirir e retirar das VENDEDORAS e, mesmo que não retire, pagar às VENDEDORAS, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), uma quantidade de GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

7.2. QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS - Apuração

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), a eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR = (0,8 \times QDC \times M) - (QNFF + QNFM + QNPP) - \sum_{j=1}^M QDR_j, \text{ onde:}$$

QNR	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA(QNR) de GÁS no correspondente MÊS, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;
QDC	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC);
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
QNFF	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo MÊS;
QNFM	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS;
QNPP	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (c) do item 12.2;
QDR _j	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” em todos os PONTO(S) DE ENTREGA;
J	é cada um dos DIAS do correspondente MÊS.

7.2.1. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos nos item 13.3.

7.3. QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR)

Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 13.3, as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) somar-se-ão ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

7.4. Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR)

A COMPRADORA recuperará, automaticamente, as QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), até o limite do saldo existente, na forma abaixo:

(a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) ocorrerá mensalmente e a QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será igual à QUANTIDADE DE GÁS equivalente que tenha sido retirada acima do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) (que corresponde a 80% da QDC), tendo como limite 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) em base mensal.

(b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, a COMPRADORA poderá recuperar o saldo das QPNR, diariamente, até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no último ANO, durante um período de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS contados da data de término do CONTRATO. Durante esse período, todas as regras do presente CONTRATO continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao GÁS a ser fornecido em tal período,

exceto pelos compromissos de retirada de GÁS da COMPRADORA e as regras aplicáveis a tais compromissos.

(c) Após o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS previsto acima, na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), ressalvado o disposto no item 7.4.4, a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução à COMPRADORA dos valores pagos.

7.4.1. A QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será deduzida do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

7.4.2. Na hipótese do item 4.8.2, caso, em determinado MÊS, ocorra a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, a COMPRADORA deverá pagar pela tarifa de transporte relativa ao GÁS recuperado no respectivo MÊS, nos termos do item 4.8.2.

7.4.3. As VENDEDORAS farão certificação anual das reservas de GÁS e, caso não haja QUANTIDADE DE GÁS remanescente suficiente para cumprimento da devolução da QPNR, nos termos dos itens 7.4(a) e (b), se comprometem a promover a devolução do saldo de QPNR mediante entrega de GÁS de outras fontes.

7.4.4. Caso não ocorra a devolução integral do saldo de QPNR na forma dos itens 7.4(a), 7.4(b) e 7.4.3, por motivo imputável às VENDEDORAS, o saldo remanescente deverá ser convertido em valor monetário utilizando o valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) vigente à época, reajustado na forma da CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS, e quitado pelas VENDEDORAS no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do recebimento de NOTIFICAÇÃO enviada pela COMPRADORA.

7.5. ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, a COMPRADORA obriga-se a, em cada MÊS, adquirir e utilizar e, mesmo que não utilize, pagar às VENDEDORAS, a título DE ENCARGO DE CAPACIDADE (EC), conforme item 13.3, um custo associado à reserva de capacidade de transporte equivalente à QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

7.5.1. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 7.1.1, a eventual CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CNU = \left(\sum_{j=1}^M QDC_j \right) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - \sum_{j=1}^M QDR_j, \text{ onde:}$$

CNU	-	É a QUANTIDADE DE GÁS referente à CAPACIDADE NÃO UTILIZADA no correspondente MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
QDC _j	-	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no DIA “j”.
M	-	É o número de DIAS do correspondente MÊS.
QN _{PP}	-	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em decorrência de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS;
QN _{FM}	-	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.
QN _{FF}	-	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente DE FALHA DE FORNECIMENTO no respectivo MÊS.
QDR _j	-	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” no PONTO DE ENTREGA.
j	-	É o j-ésimo DIA do correspondente MÊS.

7.5.2. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de CAPACIDADE NÃO UTILIZADA, na forma do item 7.5.1, a COMPRADORA deverá pagar às VENDEDORAS o montante previsto conforme item 133, correspondente ao ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente às VENDEDORAS, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes, por PONTO DE ENTREGA.

8.1.1 Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2 A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) seja diferente de zero para determinado PONTO DE ENTREGA, esta deverá implicar em vazões que respeitem os limites estabelecidos neste CONTRATO, observado o item 8.1.2.2;
- (b) que o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) por PONTO DE ENTREGA não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (c) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS; e
- (d) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.1.2.1 A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e as VENDEDORAS poderão, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

8.1.3 Até as 17:00h (dezessete horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, as VENDEDORAS, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverão:

(a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2; ou

(b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO; ou

(c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE.

8.1.4 Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2, observado o disposto no item 8.1.2.1, será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS tenha se enquadrado nos termos do item 8.1.2.

8.1.4.1 Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (b) do item 8.1.2 poderá ser aceita ou não pelas VENDEDORAS, a exclusivo critério das VENDEDORAS, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO em caso de recusa.

8.1.5 Caso as VENDEDORAS não se pronunciem nos prazos dos itens 8.1.3 ou 8.5, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA, na forma do item 8.1.2.

8.1.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, as VENDEDORAS enviarão NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA NO FORNECIMENTO, excetuadas as hipóteses previstas neste CONTRATO.

8.2 A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO às VENDEDORAS até as 12:00h (doze horas) do DIA anterior ao do fornecimento e até as 12:00 (doze horas) no DIA (intradiária) do fornecimento, observadas as condições estabelecidas nos itens 8.1.2 e 8.1.3.

8.3 As VENDEDORAS comprometem-se a disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.4 Caso a QDS enviada pela COMPRADORA seja superior à QDC ou caso a COMPRADORA tenha alterado a QDS conforme previsto no item 8.2, as VENDEDORAS deverão responder a solicitação até às 16:00 (dezesesseis horas) do DIA do fornecimento, observando o item 8.1.2.2. A não comunicação implicará o estabelecimento da QDP até

o limite da QDC ou o estabelecimento da QDP conforme a QDS estabelecida nos termos dos itens 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5, conforme o caso.

8.5 Caso a COMPRADORA solicite alteração na QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA até 12:00h (doze horas) do mesmo DIA (intradiária), observadas as condições estabelecidas no item 8.1.2, as VENDEDORAS deverão aceitar a solicitação até as 16:00h (dezesseis horas), conforme item 8.4, ficando estabelecido que a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) será calculada pela média ponderada pelas 17:00h (dezessete horas) de vigência da programação diária, entre 00:00h (zero horas) e 17:00h (dezessete horas) e 7:00h (sete horas) de vigência da alteração da programação, entre 17:00h (dezessete horas) e 24:00h (vinte e quatro horas) do DIA pelas respectivas QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), independentemente do horário em que a alteração foi aprovada, sendo:

$$QDP_{ponderada} = (QDP_{(D-1)} \times 17 + QDP_{(D)} \times 7) / 24 \text{ horas; onde:}$$

QDP ponderada	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA quando houver alteração no dia do fornecimento.
QDP _(D-1)	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no DIA anterior ao DIA do fornecimento.
QDP _(D)	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no DIA do fornecimento (intradiária).

CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. Cada PONTO DE ENTREGA e suas respectivas localizações estão estabelecidas no Anexo I, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

9.1.1. A transferência de propriedade do GÁS das VENDEDORAS para a COMPRADORA ocorrerá na última válvula ou flange de propriedade das VENDEDORAS ou de terceiros por esta contratada, de cada PONTO DE ENTREGA.

9.1.2. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante da última válvula ou flange de propriedade das VENDEDORAS ou de terceiros por esta contratada de cada PONTO DE ENTREGA são de responsabilidade das VENDEDORAS, e (ii) a jusante de tal ponto são de responsabilidade da COMPRADORA.

9.2. O GÁS será disponibilizado pelas VENDEDORAS à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de qualidade estabelecidos nos termos da CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS.

9.3. As pressões, máximas, mínimas e limite e as vazões máximas e mínimas de cada PONTO DE ENTREGA estão estabelecidas no Anexo II, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

9.4. A COMPRADORA confirma que sua rede ligada ao PONTO DE ENTREGA estará apta, homologada e licenciada para suportar pressões até valor definido para PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

9.4.1. Será de responsabilidade da COMPRADORA qualquer dano direto ou indireto e/ou prejuízo causados em seus respectivos equipamentos e aos equipamentos de terceiros decorrentes da entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO até o valor da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.4.2. Ocorrendo falhas nos equipamentos de regulação de pressão do PONTO DE ENTREGA, a pressão no PONTO DE ENTREGA poderá ser superior à PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO, pelo prazo necessário à regularização da condição de fornecimento, sendo o limite de pressão, à jusante do PONTO DE ENTREGA, nestas condições, a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.4.3. As VENDEDORAS serão responsáveis, pelos danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e os lucros cessantes, causados aos equipamentos da COMPRADORA ou de seus usuários em decorrência da entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, desde que comprovado o nexo causal entre os danos causados e a entrega de GÁS com pressão acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.4.4. As VENDEDORAS disponibilizarão à COMPRADORA os dados relativos à PRESSÃO DE FORNECIMENTO do GÁS apurados no SISTEMA DE MEDIÇÃO. No caso de indisponibilidade deste sistema, as VENDEDORAS se comprometem, no prazo máximo de 15 (quinze) DIAS ÚTEIS contados da data em que o sistema esteve indisponível, a enviar um relatório contendo registro das pressões apuradas nos referidos DIAS.

9.5. Caso as VENDEDORAS, ou uma AFILIADA das VENDEDORAS, realize venda de GÁS NATURAL a terceiros ou movimente GÁS NATURAL de sua propriedade através de um determinado PONTO DE ENTREGA, as VENDEDORAS se comprometem, em qualquer hipótese de contingência no fornecimento no PONTO DE ENTREGA, a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória, aplicando-lhe, quando necessário, uma redução no fornecimento de GÁS, ao menos, de forma equitativa com os demais clientes.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS

10.1. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos sistemas de medição do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas VENDEDORAS no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo as VENDEDORAS

transmitir tão logo quando possível e o quanto antes, quando aplicáveis, as comunicações da COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e vice-versa.

10.1.1. O GÁS fornecido será medido pela TRANSPORTADORA e informado às VENDEDORAS utilizando o SISTEMA DE MEDIÇÃO da TRANSPORTADORA.

10.1.2. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.1.3. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO em zero na respectiva casa decimal.

10.2. Para determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) pela COMPRADORA em determinado DIA e em determinado PONTO DE ENTREGA, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$QDR = (QM \times fq)$$

$$fq = \frac{PCS_m}{PCR}, \text{ onde:}$$

QDR :	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), em determinado PONTO DE ENTREGA;
QM :	É a QUANTIDADE MEDIDA (QM), no PONTO DE ENTREGA em questão;
fq :	É o Fator de Conversão da QM para QDR, ARREDONDADO até a quarta casa decimal;
PCS_m :	É o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA no PONTO DE ENTREGA em questão, ARREDONDADO até a terceira casa decimal; e
PCR :	É o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

10.3.A QUANTIDADE MEDIDA será calculada DIARIAMENTE aplicando-se os procedimentos estabelecidos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE. As VENDEDORAS deverão garantir que a operação, manutenção, calibração e ajustes dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO ocorram conforme o CONTRATOS DE TRANSPORTE.

10.2.1. As VENDEDORAS se comprometem a (i) solicitar da TRANSPORTADORA todas as informações relativas à medição do GÁS nos PONTOS DE ENTREGA nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE e (ii) enviar à COMPRADORA todas as informações de medições realizadas pelo TRANSPORTADOR do GÁS objeto deste CONTRATO tão logo as receba, caso estas tenham sido disponibilizadas pela TRANSPORTADORA.

10.3. CALIBRAÇÃO dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO.

10.3.1. A CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO será providenciada pela TRANSPORTADORA no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, conforme normas aplicáveis, sendo facultado a COMPRADORA acompanhar os trabalhos desde que não seja negado pela TRANSPORTADORA. As VENDEDORAS informarão a

COMPRADORA as datas previstas para a realização das calibrações, devendo a COMPRADORA informar às VENDEDORAS sua intenção de acompanhar a calibração em tempo suficiente para que as VENDEDORAS informem a TRANSPORTADORA.

10.3.2. Nenhuma correção da QUANTIDADE MEDIDA (QM) será efetuada caso a CALIBRAÇÃO indique que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos.

10.3.3. Caso determinada CALIBRAÇÃO indique que o referido SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será adotado o disposto no CONTRATO DE TRANSPORTE.

10.3.4. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO, solicitar CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO do TRANSPORTADOR fora da periodicidade estabelecida nas normas aplicáveis conforme previstas no CONTRATO DE TRANSPORTE, devendo ainda ser observado os termos e condições ali previstos, *mutatis mutandis*, para fins de repasse de custos ou pagamento dos mesmos entre a COMPRADORA e as VENDEDORAS, a depender de como contratualmente estiver estabelecido no CONTRATO DE TRANSPORTE.

10.4. Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA (QM), sem interrupção no fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) relativa a esse DIA será determinada de acordo com as regras do CONTRATO DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pelas VENDEDORAS nas malhas de transporte e o GÁS retirado pela COMPRADORA, nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverão apresentar características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas VENDEDORAS no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo as VENDEDORAS envidar seus melhores esforços para transmitir de imediato as comunicações da COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e vice-versa, aplicando-se o disposto no item 6.4 e subitens.

11.2.1. As VENDEDORAS se comprometem a (i) exigir da TRANSPORTADORA todas

as informações relativas à cromatografia do GÁS nos PONTOS DE ENTREGA nos termos dos CONTRATOS DE TRANSPORTE; e (ii) enviar à COMPRADORA todas as informações de cromatografia realizadas pelo TRANSPORTADOR do GÁS objeto deste CONTRATO tão logo as receba.

11.3. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

11.4. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, nos PONTOS DE ENTREGA, será efetuada de acordo com as regras dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

11.5. Especificações e CALIBRAÇÃO do cromatógrafo.

11.5.1. A configuração e especificação do cromatógrafo seguirão as disposições contidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

11.5.2. A CALIBRAÇÃO do cromatógrafo será feita pelo TRANSPORTADOR, em conformidade com o que preconiza os CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo as VENDEDORAS convidarem a COMPRADORA para acompanhar os trabalhos .

11.5.2.1. O intervalo entre duas CALIBRAÇÕES sucessivas do cromatógrafo, a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, será feito de acordo com os CONTRATOS DE TRANSPORTE.

11.5.2.2. Os procedimentos adotados e os resultados obtidos em cada CALIBRAÇÃO deverão ser devidamente registrados em relatório cuja forma deverá ser estabelecida pelas VENDEDORAS, desde que os mesmos tenham sido disponibilizados pelo TRANSPORTADOR às VENDEDORAS, na forma do item 11.2.1.

11.5.2.3. Caso as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.5.2 indiquem que o cromatógrafo não está conforme a norma ISO 6974/2015 as VENDEDORAS deverão utilizar os dados da cromatografia da COMPRADORA.

11.5.2.4. Durante a calibração, caso o equipamento esteja conforme a norma ISO 6974/2015, prevalecerá os valores registrados pelo cromatógrafo das VENDEDORAS.

11.5.2.5. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO às VENDEDORAS, requerer que as VENDEDORAS solicitem ao TRANSPORTADOR CALIBRAÇÃO adicional do cromatógrafo. As PARTES concordam que eventuais indenizações, pagamentos ou limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE relacionados com a CALIBRAÇÃO serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar às VENDEDORAS no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos.

11.5.2.6. Havendo, em qualquer DIA, falha no cromatógrafo ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de GÁS para a

COMPRADORA, a qualidade do GÁS relativa a esse DIA será determinada de acordo com os CONTRATOS DE TRANSPORTE.

11.5.3. Caso as instalações da COMPRADORA, não existam, também estejam indisponíveis ou caso não atendam ao estabelecido no item 11.5 e subitens, as PARTES deverão acordar sobre uma forma alternativa de apuração da QUALIDADE DO GÁS.

11.6. Sempre que a VENDEDORA tiver ciência da possibilidade de o GÁS vir a ser fornecido nos PONTOS DE ENTREGA em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 11.1, as seguintes regras serão aplicadas:

(a) As VENDEDORAS deverão enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, imediatamente após notificada pelo TRANSPORTADOR no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE acerca da identificação da não conformidade do GÁS em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta Cláusula, informando-a, quando possível, da desconformidade esperada no GÁS e indicando quais seriam os prováveis itens em desconformidade, os respectivos desvios de qualidade, o momento provável em que o GÁS estará desconforme nos PONTOS DE ENTREGA e o tempo estimado para retorno do GÁS às especificações previstas no item 11.1.

(b) Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO de que trata o item 11.6(a), a COMPRADORA deverá informar às VENDEDORAS, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação. Fica expressamente estabelecido que a falta de manifestação da COMPRADORA, no prazo máximo de 5 (cinco) horas contadas do horário de envio da NOTIFICAÇÃO mencionada, será considerada como opção da COMPRADORA de não receber o GÁS fora de especificação.

(c) Caso opte por receber o GÁS fora de especificação e apenas no caso do mesmo ter sido originado por gás desconforme injetado pelas VENDEDORAS na malha de transporte, a COMPRADORA fará jus a um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o PREÇO DO GÁS.

(d) Caso opte por receber o GÁS fora de especificação e o mesmo tenha sido originado por gás desconforme injetado por outros carregadores na malha de transporte ou pelo próprio TRANSPORTADOR, a COMPRADORA fará jus a indenização no valor e nas condições estabelecidas no CONTRATO DE TRANSPORTE, devendo tal indenização ser repassada pelas VENDEDORAS à COMPRADORA apenas após o efetivo recebimento das VENDEDORAS ter se materializado no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE mediante cobrança realizada pelas VENDEDORAS aos reais causadores do gás desconforme, sendo outros carregadores ou o próprio TRANSPORTADOR, aplicando-se o disposto no item 5.2.2. As PARTES concordam que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar às VENDEDORAS no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do causador do gás desconforme.

(e) Em relação a hipótese prevista no item 11.6 (c) acima, caso a COMPRADORA

decida não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação ou não se manifeste no prazo estabelecido no item 11.6(b) e, de fato, não retire o GÁS que informou que não retiraria após o horário que as VENDEDORAS informaram que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTO DE ENTREGA, estará caracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO, tomando-se por base a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) cuja a entrega a COMPRADORA rejeitou e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS. Em relação a hipótese prevista no item 11.5 (d) acima, o pagamento da penalidade prevista na cláusula 6.2 deste CONTRATO, será repassada pelas VENDEDORAS à COMPRADORA apenas após o efetivo recebimento das VENDEDORAS ter se materializado no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE mediante cobrança realizada pelas VENDEDORAS aos reais causadores do gás desconforme, sendo estes outros carregadores ou o próprio TRANSPORTADOR, aplicando-se o disposto no item 5.2.2. As PARTES concordam que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar às VENDEDORAS no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do causador do gás desconforme.

(f) Caso a COMPRADORA tenha informado que rejeitaria o GÁS fora de especificação ou não tenha se manifestado no prazo estabelecido no item 11.6(b), mas, a despeito disto, o GÁS tenha sido retirado no PONTOS DE ENTREGA, após o horário que as VENDEDORAS informaram que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTOS DE ENTREGA, estará descaracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO no respectivo PONTOS DE ENTREGA e a COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pela QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), preservando-se, todavia, em favor da COMPRADORA, o direito ao desconto referido na (c) acima.

11.6.1. Caso as VENDEDORAS entreguem GÁS fora de especificação prevista no item 11.1, sem que tenha enviado NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA da desconformidade existente e desde que tenha recebido notificação da referida desconformidade no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, estará configurada uma FALHA NO FORNECIMENTO.

11.7. Para fins de cálculo da penalidade de FALHA DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE relativa à entrega de GÁS desconforme será: (i) em caso de não entrega do GÁS por recusa da COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA; ou (ii) a QUANTIDADE DE GÁS entregue pelas VENDEDORAS fora das especificações de qualidade mesmo após a recusa (tácita ou expressa) da COMPRADORA e/ou QUANTIDADE DE GÁS entregue pelas VENDEDORAS fora das especificações de qualidade sem prévio aviso das VENDEDORAS à COMPRADORA.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento (PARADAS PROGRAMADAS das VENDEDORAS) ou no recebimento de GÁS (PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA), para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente

recomendado, dos equipamentos referidos no item 12.1.1 abaixo, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega ou recebimento do GÁS pelas VENDEDORAS ou pela COMPRADORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pelas VENDEDORAS ou recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega das VENDEDORAS e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

12.1.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão (i) como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades, os sistemas, e os equipamentos auxiliares de produção, processamento, tratamento, coleta, escoamento e entrega do GÁS (seja de propriedade das VENDEDORAS, seus contratados ou terceiros) e (ii) como equipamentos vinculados ao recebimento de GÁS: os que constituem o sistema de distribuição e de transporte, desde que diretamente relacionados ao suprimento do GÁS abarcado pelo presente CONTRATO.

12.2. As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

(a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS de cada PARTE estará limitada ao total de 360 (trezentos e sessenta) horas por ANO.

(b) A PARTE que desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.

(c) A QUANTIDADE DE GÁS não entregue ou não recebida, em determinado DIA na PONTO DE ENTREGA, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDC_j - QDR_j, \text{ onde:}$$

QPP _j :	é a QUANTIDADE GÁS não entregue em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA “j”;
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j” para toda a PONTO DE ENTREGA; e
QDR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) para o DIA “j” para toda a PONTO DE ENTREGA;

(d) Na hipótese de PARADA PROGRAMADA que afete a capacidade das VENDEDORAS de entregar GÁS NATURAL a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO, as VENDEDORAS se comprometem a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes.

(e) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA, assim como no sistema de produção de GÁS das VENDEDORAS.

12.2.1. A data de início da PARADA PROGRAMADA poderá ser postergada, a exclusivo critério da PARTE que a tenha solicitado, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 2 (dois) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA NOTIFICADA nos termos do item 12.2(a). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente NOTIFICADA prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO.

CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. O faturamento será efetuado mensalmente, correspondendo cada MÊS a um período de faturamento.

13.2. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento por PONTO DE ENTREGA será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^n (QDR_{i_M} \times PG_i)$$

Onde:

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
QDR_{i_M}	é a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) em cada DIA do MÊS em questão apurada no PONTO DE ENTREGA “i”, deduzida a QUANTIDADE DE GÁS recebida fora da especificação pela COMPRADORA na hipótese prevista no item 11.6(c) ou (e).
PG_i	é o PREÇO DO GÁS no correspondente PONTO DE ENTREGA “i” vigente no último dia do MÊS em questão, incluindo qualquer desconto na forma dos itens 11.6(c) ou (e).
i	Corresponde a cada um dos PONTOS DE ENTREGA.
n	Corresponde ao total de PONTOS DE ENTREGA.

13.3. O valor a ser pago pela COMPRADORA às VENDEDORAS, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 7.2, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pelo o valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) vigente no último DIA do MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = QNR \times PM$$

Onde:

FAT _{RMM}	É o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA às VENDEDORAS, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL estabelecido no item 7.2.
QNR	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS.
PM ₂	É o valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM) no último DIA do MÊS.

13.4. ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

O valor do ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) devido pela COMPRADORA às VENDEDORAS, exclusivamente em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do GÁS disponibilizada à COMPRADORA, caso seja verificada CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) em determinado MÊS, na forma do item 7.5.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{EC} = CNU \times PT ; \text{ onde:}$$

<i>FAT_{EC}</i>	-	É o valor a ser pago de ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) pela COMPRADORA à VENDEDORA.
<i>CNU</i>	-	É a CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) no MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
<i>PT</i>	-	É a PARCELA DE TRANSPORTE, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, definida conforme item 5.2, acrescida dos tributos e encargos aplicáveis.

13.4.1 A COMPRADORA não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento às VENDEDORAS do ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) exceto nas hipóteses em que haja previsão de recuperação ou crédito nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

13.4.2 As PARTES concordam que o ENCARGO DE CAPACIDADE (EC), quando devido, será cobrado pelas VENDEDORAS nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao fornecimento de GÁS previsto no item 13.2, destacado na nota fiscal sobre a rubrica de “outras despesas acessórias”.

13.5. O valor do ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) devido pela COMPRADORA às VENDEDORAS relativo aos custos incorridos pelas VENDEDORAS em razão da contratação do transporte não incluídos nos itens 13.2 de faturamento regular do GÁS e 13.4 de ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) previstos no item 5.2.1 serão faturados MENSALMENTE na forma dos itens 13.8 e pagos conforme o item 13.9.

13.6. Para fins dos itens 13.3, 13.3, 13.4 e 13.5 o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.7. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.7.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.8. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.8.1. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) deverão ser apresentados até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.9. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) deverão ser pagos até o 21º (vigésimo-primeiro) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS ÚTEIS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.10. Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.10.1. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus das VENDEDORAS, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.10.2. A revisão prevista no item 13.10.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão das VENDEDORAS, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica das VENDEDORAS.

13.10.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral

de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.10.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.8 e 13.9.

13.10.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.11. ENCARGOS MORATÓRIOS.

13.11.1. No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, pro rata tempore, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

13.12. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.12.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

13.12.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.12.1(b) e (c).

CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

(a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO. Quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 13.12 deste CONTRATO.

(b) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.

(c) Falência, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES.

(d) Nos casos de homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, falha em prestar caução suficiente para garantir o cumprimento de obrigações contratuais que representem o valor das verbas rescisórias estabelecidas no item 14.4.

(e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

(f) FALHA NO FORNECIMENTO por mais de 30 (trinta) DIAS, corridos ou intercalados, em determinado ANO que implique a entrega, na média do ANO, de QUANTIDADES DE GÁS inferiores a 80% (oitenta por cento) da QDP, independentemente de as VENDEDORAS terem pago as multas e indenizações previstas para tal hipótese.

(g) A PARTE ter concorrido para a frustração da satisfação de uma CONDIÇÃO SUSPENSIVA ou PRECEDENTE, por dolo, imprudência, imperícia ou negligência, conforme as regras previstas no item 3.7 ou 4.8 e seus respectivos subitens, conforme o caso.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES

dentre os listados nas alíneas (c), (d), (e), (f) ou (g) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.2.1. O direito de pedir a resolução deste CONTRATO a que se refere o presente item 14.2 poderá ser exercido até o prazo máximo de 3 (três) meses contados da caracterização do EVENTO DE INADIMPLENTO, sendo certo que após esse prazo o CONTRATO será considerado automaticamente extinto, observado o item 14.4, salvo se de outra forma vier a ser acordado entre as PARTES.

14.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLENTO de qualquer das PARTES dentre os listados na alínea (a) ou (b) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1. Na hipótese do item 14.3 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 60 (sessenta) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.3.2. O direito de pedir a resolução deste CONTRATO a que se refere o presente item 14.3 poderá ser exercido até o prazo máximo de 3 (três) meses contados da caracterização do EVENTO DE INADIMPLENTO, sendo certo que após esse prazo o CONTRATO será considerado automaticamente extinto, observado o item 14.4, salvo se de outra forma vier a ser acordado entre as PARTES.

14.4. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO (VI) apurado conforme abaixo:

$$VI = 0,50 \times (QDC \times DF \times PG)$$

Onde:

VI	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em reais (R\$).
QDC	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.
DF	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
PG	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO, considerando o valor médio das PARCELAS DA MOLÉCULA (PM).

14.4.1. Sem prejuízo dos itens 14.6 e 14.7 abaixo, acordam as PARTES que o valor

estipulado no item 14.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.4.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.4 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.5. Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que tenha sido reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.6. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução.

14.7. Caso o presente CONTRATO seja resolvido antecipadamente, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):

- (a) Caso as VENDEDORAS sejam a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, adicionalmente ao pagamento da totalidade das verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta Cláusula Quatorze as VENDEDORAS deverão pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 14.4.2, o montante correspondente ao eventual saldo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) multiplicado pela PARCELA DA MOLÉCULA (PM₂), vigente na data da resolução do CONTRATO.
- (b) Caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pelas VENDEDORAS, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), calculado conforme alínea (a) acima, será reduzido do VALOR DE INDENIZAÇÃO (VI) a ser pago pela COMPRADORA às VENDEDORAS. Caso o valor da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) seja superior ao VALOR DE INDENIZAÇÃO (VI) a ser pago pela COMPRADORA às VENDEDORAS, as VENDEDORAS deverão pagar à COMPRADORA tal diferença no prazo previsto no item 14.4.2.

CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2. Abrangência.

15.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição accidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES.
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público.
- (f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção e INFRAESTRUTURA do necessário para atendimento deste CONTRATO.
- (g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do GÁS.

15.3. Eventos excluídos.

Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

(a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.

(b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.

(c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no presente CONTRATO.

(d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no presente CONTRATO.

(e) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.

(f) Depleção de poços nos quais o GÁS objeto deste CONTRATO é produzido.

15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

(a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.

(b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.

(c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.

(d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.

(e) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.

(f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

(g) Sendo a PARTE AFETADA as VENDEDORAS: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade das VENDEDORAS de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

15.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

15.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6. Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO.

15.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

16.1. O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO ou a ele relacionadas, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

16.2. MEDIAÇÃO.

(a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei 13.140/15.

(b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela CÂMARA, nos termos do seu regulamento de MEDIAÇÃO.

(c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil.

16.3. PERITAGEM.

(a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g., medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

(b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os

questos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.

(c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

16.3.1. Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

- (i) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- (ii) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;
- (iii) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (iv) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (v) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.
- (vi) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

16.3.2. Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (i) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (ii) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- (iii) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (iv) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;

(v) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;

(vi) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;

(vii) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) DIAS de recebimento de tais informações.

16.3.3. Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

16.3.4. Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM, ressalvada a possibilidade de realização de nova perícia por determinação do TRIBUNAL ARBITRAL, e neste caso, apresentação de laudos técnicos elaborados por assistentes técnicos das PARTES; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

16.4. ARBITRAGEM.

16.4.1. A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.4.2. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

16.4.3. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

(i) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre COMPRADORA e VENDEDORAS. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

- (a) a COMPRADORA e as e VENDEDORAS conjuntamente deverão, de forma separada, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
 - (b) recebidas as listas com as ordens de preferência da COMPRADORA e das VENDEDORAS, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada pela COMPRADORA e pelas VENDEDORAS ; e
 - (c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.
- (ii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:
- (a) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO (“PRIMEIRO ÁRBITRO”).
 - (b) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO (“SEGUNDO ÁRBITRO”).
 - (c) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.
 - (d) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.
 - (e) As VENDEDORAS deverão fazer suas indicações conjuntamente e serão consideradas como uma única PARTE para fins de indicações de ÁRBITROS.

16.4.4. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.

(b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.4.5. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, os TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

16.4.6. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

16.4.7. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

(a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.

(b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.

(c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.

(d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

16.5. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer: (i) ao foro da Cidade de Salvador, Estado da Bahia; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S), observado o disposto no item 17.2.

17.1.1. Não obstante o acima, as PARTES poderão ceder o presente CONTRATO nos casos em que a cessionária seja empresa sob controle ou com participação acionária da PARTE cedente ou consórcio de que a PARTE faça parte na condição de operadora ou não operadora.

17.2. A COMPRADORA poderá ceder a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO às VENDEDORAS com 60 (sessenta) DIAS de antecedência, os direitos

e obrigações decorrentes de qualquer parte da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, nos exatos termos previstos neste CONTRATO, desde que a COMPRADORA demonstre que o cessionário reúne condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir as obrigações decorrentes de tal cessão, sem que as VENDEDORAS incidam num risco comercial e econômico maior que o assumido.

CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

(a) VENDEDORAS

Av. Luis Viana Filho, 13.223, torre 3, sala 401, Hangar Business Park – São Cristóvão – Salvador – BA
CEP 41500-300
A/C: João Vitor Silva Moreira
Fone: (71) 3635-0237

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA
CEP 41.810-012
A/C: Gerência de Mercado e Pós-Venda
Fone: (71) 3206-6198

18.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) VENDEDORAS

Av. Luis Viana Filho, 13.223, torre 3, sala 401, Hangar Business Park – São Cristóvão – Salvador – BA
CEP 41500-300
A/C: João Vitor Silva Moreira
Fone: (71) 3635-0237
Plantão Emergencial: 0800-071-8027
Correios eletrônicos (e-mails):
Comercial: gasnatural@petroreconcavo.com.br
Programação: gasnatural@petroreconcavo.com.br

Medição e Qualidade: gasnatural@petroreconcavo.com.br

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA

CEP 41.810-012

Fone: (71) 3206-6198

Plantão Emergencial: (71) 3632-3422 / (71) 99138-9000

Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial: mercado_gas@bahiagas.com.br

Programação: programacao_gas@bahiagas.com.br

Medição e Qualidade: medicao@bahiagas.com.br

18.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.

19.4. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

(a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.

(b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.

(c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e

legítima, independentemente do presente CONTRATO.

(d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.

(e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI.

CLÁUSULA VINTE– NOVAÇÃO

20.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

21.2. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu “Grupo” (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as LEIS ANTICORRUPÇÃO aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13. Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

21.2.1. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.2.2. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

21.2.3. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros

do seu Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

21.2.4. Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nas cláusulas 21.2.2 e 21.2.3 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES.

21.2.5. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.3. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.2.1, 21.2.2 e 21.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

21.4. Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela Parte Indenizante e suas AFILIADAS.

21.5. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. AS PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente CONTRATO em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados as PARTES deverão:

(i) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à outra PARTE, que terá o direito de rescindir o CONTRATO sem qualquer ônus, multa ou encargo.

(ii) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

(iii) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da PARTE detentora originariamente dos dados.

22.2. A PARTE causadora de vazamento ou mal usado dos dados será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à outra PARTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

23.1.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

23.1.2. Na hipótese do item 23.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

23.2. Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

23.3. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

(d) As VENDEDORAS obtiveram todas as licenças necessárias e dispõem, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do gás natural, bem como da capacidade de produção, transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desse CONTRATO, durante todo o seu prazo.

23.4. Cuidado com o meio ambiente.

As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

(a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;

(b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;

(c) estímulo ao uso racional e eficiente do gás natural; e

(d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

23.5. Compleitude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional,

substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

23.6. Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que o item 7.4 e as Cláusulas 16, 19, e 20 deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

23.7. Valor estimado do CONTRATO.

As PARTES concordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$ 2.662.296.050,00 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e dois milhões, duzentos e noventa e seis mil e cinquenta reais).

23.8. Responsabilidade das VENDEDORAS.

23.8.1 PETRORECÔNCAVO e MIRANGA serão responsáveis perante a COMPRADORA pelo cumprimento deste CONTRATO e de todas as obrigações das VENDEDORAS nele previstas ou dele decorrentes, incluindo em relação as obrigações de entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste CONTRATO pela PETRORECÔNCAVO ou pela SPE MIRANGA será considerado um descumprimento por ambas as VENDEDORAS e um evento de inadimplemento e/ou rescisão com relação a qualquer das VENDEDORAS isoladamente será considerado um evento de inadimplemento e/ou rescisão com relação a ambas as VENDEDORAS, podendo a COMPRADORA, nesse caso, rescindir o CONTRATO com relação às duas VENDEDORAS. Nem a PETRORECÔNCAVO nem a SPE MIRANGA ficarão liberadas de responsabilidade, ainda que o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO fique impossibilitado por culpa da outra.

23.8.2 É de conhecimento das PARTES que a PETRORECÔNCAVO somente será responsável por qualquer pagamento ou obrigação atribuídas às VENDEDORAS neste CONTRATO caso não haja cumprimento das obrigações originárias por parte da SPE MIRANGA em até 60 (sessenta) DIAS contados a partir da data do inadimplemento por parte da SPE MIRANGA

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

24.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

24.2 Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

22 de dezembro de 2021.

PETRORECONCAVO S.A.

Marcelo Campos Magalhães
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

SPE MIRANGA S.A.

Marcelo Campos Magalhães
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Administrativo e Financeiro

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Diretor Presidente

Paulo Virginio Teixeira de Lucena
Diretor Técnico e Comercial

TESTEMUNHAS:

Nome: João Vitor Silva Moreira
CPF: [REDACTED]

Nome: Makyo de Araújo Félix
CPF: [REDACTED]

Anexo I – Pontos de Entrega

PONTOS DE ENTREGA	Zona de Saída	Município	Latitude	Longitude
Itabuna	BA1	Itabuna	-14.821929°	-39.322690°
Veracel	BA1	Eunápolis	-16.131952°	-39.499623°
Eunápolis	BA1	Eunápolis	-16.134100°	-39.499522°
Mucuri	BA1	Mucuri	-18.079109°	-39.859458°
Camaçari Residual	BA3	Camaçari	-12.657197°	-38.335146°
Camaçari - UTE CHESF	BA3	Camaçari	-12.657197°	-38.335146°
Camaçari - Manati	BA3	Camaçari	-12.657197°	-38.335146°
FAFEN-BA	BA3	Camaçari	-12.657197°	-38.335146°
Candeias-Manati	BA4	Candeias	-12.670288°	-38.566515°
Candeias-Residual	BA4	Candeias	-12.670288°	-38.566515°
Termobahia	BA4	Candeias	-12.670288°	-38.566515°
RLAM 14"	BA4	Candeias	-12.670288°	-38.566515°
Aratu-Manati	BA5	Simões Filho	-12.791943°	-38.432841°
Aratu	BA5	Simões Filho	-12.791943°	-38.432841°
Caboto	BA5	Candeias	-12.748844°	-38.474071°

Anexo II – Condições de Entrega

PONTOS DE ENTREGA	PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO (kgf/cm ² g)	PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO (kgf/cm ² g)	PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO (kgf/cm ² g)	VAZÃO MÍNIMA (mil m ³ /dia)	VAZÃO MÁXIMA (mil m ³ /dia)
Itabuna	32,0	37,0	46,0	50	500
Veracel	32,0	37,0	46,0	50	500
Eunápolis	32,0	37,0	46,0	50	500
Mucuri	32,0	37,0	46,0	50	500
Camaçari Residual	21,0	30,0	36,0	274	2.700
Camaçari - UTE CHESF	21,0	30,0	36,0	310	3.100
Camaçari - Manati	21,0	30,0	36,0	420	4.200
FAFEN-BA	21,0	35,0	36,0	296	2.960
Candeias-Manati	23,0	30,0	36,0	20	200
Candeias-Residual	23,0	30,0	36,0	40	400
Termobahia	23,0	36,0	38,0	150	1.500
RLAM 14"	23,0	38,0	38,0	240	2.400
Aratu-Manati	20,0	30,0	36,0	100	1.000
Aratu	20,0	30,0	36,0	100	1.000
Caboto	21,0	30,0	36,0	120	1.200

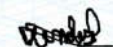
GSA PetroReconcavo Bahiagás-Original pdf

Código do documento [REDACTED]



Assinaturas

-  Makyo de Araújo Félix
[REDACTED]
Assinou como testemunha
-  Tatiana Portugal
[REDACTED]
Assinou como testemunha
-  JOAO VITOR SILVA MOREIRA: [REDACTED]
Certificado Digital
[REDACTED]
Assinou como testemunha
-  MARCELO CAMPOS MAGALHAES: [REDACTED]
Certificado Digital
[REDACTED]
Assinou
-  RAFAEL PROCACI DA CUNHA: [REDACTED]
Certificado Digital
[REDACTED]
Assinou
-  PAULO VIRGINIO TEIXEIRA DE LUCENA: [REDACTED]
Certificado Digital
[REDACTED]
Assinou
-  LUIZ RAIMUNDO BARREIROS GAVAZZA: [REDACTED]
Certificado Digital
[REDACTED]
Assinou



Eventos do documento

23 Dec 2021, 16:53:43

Documento [REDACTED] **criado** por DAVI BRITTO CARVALHO ([REDACTED])
[REDACTED]. Email: [REDACTED] - DATE_ATOM: 2021-12-23T16:53:43-03:00

23 Dec 2021, 16:59:29

Assinaturas **iniciadas** por DAVI BRITTO CARVALHO ([REDACTED]). Email:
[REDACTED]. - DATE_ATOM: 2021-12-23T16:59:29-03:00

23 Dec 2021, 17:00:31



ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARCELO CAMPOS MAGALHAES: [REDACTED]

Assinou Email: [REDACTED] IP: [REDACTED] ([REDACTED]). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Instituto Fenacon RFB G3,OU=A3,CN=MARCELO CAMPOS MAGALHAES:29295840500. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:00:31-03:00

23 Dec 2021, 17:02:12

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - RAFAEL PROCACI DA CUNHA: [REDACTED] **Assinou**

Email: [REDACTED] IP: [REDACTED] ([REDACTED]). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Instituto Fenacon RFB G3,OU=A3,CN=RAFAEL PROCACI DA CUNHA:06950452705. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:02:12-03:00

23 Dec 2021, 17:02:43

MAKYO DE ARAÚJO FÉLIX **Assinou como testemunha** - Email: [REDACTED] - IP: [REDACTED] ([REDACTED]) - [Geolocalização: -12.984906 -38.4514482](#) - Documento de identificação informado: 964.196.795-91 - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:02:43-03:00

23 Dec 2021, 17:07:00

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOAO VITOR SILVA MOREIRA: [REDACTED] **Assinou**

como testemunha Email: [REDACTED] IP: [REDACTED] ([REDACTED]). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Instituto Fenacon RFB G3,OU=A3,CN=JOAO VITOR SILVA MOREIRA:11578701716. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:07:00-03:00

23 Dec 2021, 17:18:07

TATIANA PORTUGAL **Assinou como testemunha** - Email: [REDACTED] - IP: [REDACTED] ([REDACTED]) - [Geolocalização: -12.991749 -38.447107](#) - Documento de identificação informado: 785.207.205-44 - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:18:07-03:00

23 Dec 2021, 17:29:24

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - PAULO VIRGINIO TEIXEIRA DE LUCENA: [REDACTED]

Assinou Email: [REDACTED] IP: [REDACTED] (mail-exch1.linktel.net.br porta: 14516). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A1,CN=PAULO VIRGINIO TEIXEIRA DE LUCENA:78404983100. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:29:24-03:00

23 Dec 2021, 17:41:50

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - LUIZ RAIMUNDO BARREIROS GAVAZZA: [REDACTED]

Assinou Email: [REDACTED] IP: [REDACTED] (189.3.237.244 porta: 42954). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, AC SOLUTI,OU=AC SOLUTI Multipla,OU=A3,CN=LUIZ RAIMUNDO BARREIROS GAVAZZA:12483893520. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:41:50-03:00

Hash do documento original

[REDACTED]



63 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 23 de dezembro de 2021,
17:51:31



Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign